

LDO de 2027 abre debate sobre cortes e gastos regionais

Audiência na Câmara discute remanejamentos e prioridades do orçamento da cidade

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realizou nesta quarta-feira (20) a primeira audiência pública temática para discutir o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 da capital paulista. O encontro teve como foco o remanejamento de verbas, cortes orçamentários e a regionalização dos gastos públicos previstos para o próximo exercício financeiro.

A proposta da LDO foi encaminhada à Câmara pela gestão do prefeito Ricardo Nunes por meio do Projeto de Lei 299/2026. O texto estabelece as metas fiscais, prioridades administrativas e parâmetros que irão orientar a elaboração do orçamento municipal de 2027. Entre os pontos debatidos durante a audiência estiveram os mecanismos de redistribuição de recursos entre secretarias, os limites para abertura de créditos suplementares e os critérios de distribuição regional

dos investimentos públicos.

Participaram da audiência representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, técnicos da administração municipal, vereadores e integrantes de conselhos participativos. O debate ocorreu em meio às discussões sobre equilíbrio fiscal e demandas por maior transparência na destinação dos recursos municipais.

Um dos principais temas abordados foi o remanejamento orçamentário, instrumento que permite ao Executivo transferir verbas entre áreas da administração ao longo do ano. Parlamentares e representantes da sociedade civil questionaram os percentuais autorizados para essas movimentações e defenderam mecanismos de controle mais rígidos para evitar mudanças consideradas excessivas na execução do orçamento aprovado pela Câmara.

Também entrou em pauta a regionalização dos gastos, modelo que busca identificar quan-



A matéria abordada prevê uma receita de R\$ 138,6 bilhões para o ano que vem.

to cada região da cidade recebe em investimentos e despesas públicas. Vereadores cobraram critérios mais claros para distribuição de recursos entre subprefeituras e apontaram desigualdades históricas entre bairros centrais e periféricos.

A discussão ocorre em um momento de pressão sobre as contas municipais devido ao crescimento das despesas obrigatórias, principalmente nas áreas de saúde, educação e transporte. Técnicos da Prefeitura de São Paulo argumentaram que a possibilidade de remanejamento é necessária para garantir flexibilidade administrativa diante de oscilações de arrecadação e demandas emergenciais ao longo do exercício financeiro.

A LDO funciona como uma etapa intermediária entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O instrumento estabelece metas e prioridades do governo muni-

cipal e define parâmetros para elaboração do orçamento do ano seguinte, incluindo regras fiscais, limites de despesas e projeções de arrecadação.

Durante a audiência, representantes de movimentos sociais e conselhos participativos defenderam maior participação popular na definição das prioridades orçamentárias. Entre as reivindicações apresentadas estiveram aumento de investimentos em habitação popular, mobilidade urbana, drenagem e manutenção de equipamentos públicos em áreas periféricas da capital.

Outro ponto debatido foi a necessidade de ampliar mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária. Parlamentares defenderam ferramentas que permitam monitorar em tempo real a destinação dos recursos e a execução das despesas previstas para cada região da cidade.

A Comissão de Finanças informou que novas audiências

públicas sobre a LDO 2027 já estão programadas para as próximas semanas. Os próximos encontros devem tratar de participação social, orçamento cidadão e metas gerais previstas pela administração municipal.

Após a fase de audiências, o projeto seguirá para análise dos vereadores, que poderão apresentar emendas antes da votação em plenário. A aprovação da LDO é considerada uma das principais etapas do calendário legislativo, pois define as diretrizes que irão nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual da cidade.

A expectativa da Prefeitura é concluir a tramitação ainda no primeiro semestre, dentro do prazo previsto pela legislação fiscal. A partir da aprovação da LDO, o Executivo dará sequência à elaboração da proposta orçamentária completa para 2027, que será enviada posteriormente à Câmara Municipal para discussão e votação final.

Prefeitura de SP apura R\$ 16,5 milhões de ONG ligada a filme sobre Jair Bolsonaro

Divulgação/Prefeitura de São Paulo

Uma organização social ligada à produtora do filme "Dark Horse", inspirado na trajetória política do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentou cerca de R\$ 16,5 milhões em documentos fiscais considerados irregulares em um contrato firmado com a Prefeitura de SP para implantação de pontos de wi-fi gratuito em regiões periféricas da capital. O levantamento foi divulgado pelo portal G1 nesta quarta-feira (20).

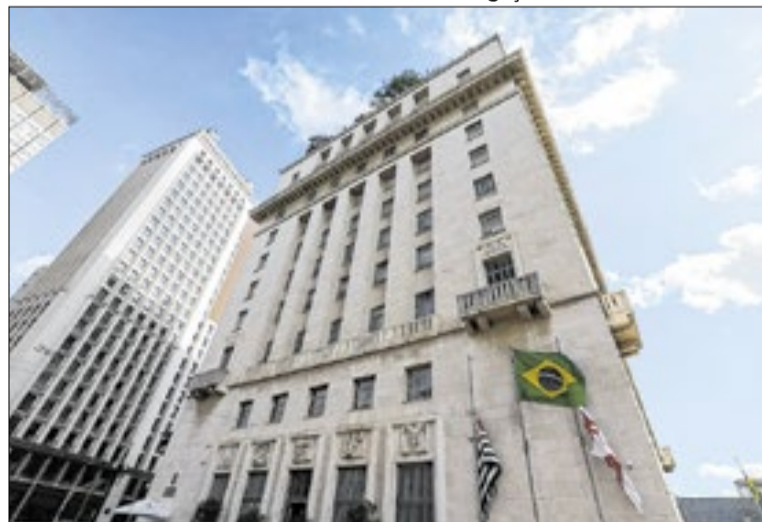
O contrato investigado envolve um Instituto responsável pela instalação de até 5 mil pontos de internet pública em comunidades da cidade. O acordo firmado com a gestão do prefeito Ricardo Nunes tem valor estimado em R\$ 108 milhões.

Segundo a apuração, a prestação de contas entregue pela entidade inclui notas fiscais canceladas, documentos sem validade tributária e

registros emitidos pela própria organização para justificar despesas. Parte dos documentos também teria sido apresentada mesmo após cancelamento formal junto ao sistema.

Entre os casos apontados está a utilização de faturas sem valor fiscal para comprovar cerca de R\$ 8,5 milhões em gastos com locação de equipamentos tecnológicos. Os documentos não teriam sido registrados no sistema oficial de nota fiscal eletrônica da capital paulista.

Outra empresa citada no levantamento teria emitido uma nota de aproximadamente R\$ 2 milhões referente a serviços técnicos. O documento, no entanto, foi cancelado no mesmo dia da emissão, mas ainda assim apareceu na prestação de contas enviada à administração municipal meses depois.



Prefeitura de São Paulo rechaça as respectivas ilações

Também foram identificadas notas fiscais canceladas relacionadas ao aluguel de equipamentos e pagamentos considerados duplicados. Um parecer técnico da Secretaria Municipal de

Inovação e Tecnologia apontou ainda que o instituto não poderia emitir notas para si próprio, prática identificada em parte dos documentos analisados.

A prefeitura informou que a

prestação de contas foi aprovada com ressalvas, mediante devolução de cerca de R\$ 930 mil aos cofres públicos e disse que o valor já foi restituído integralmente. O projeto previa a instalação dos pontos de wi-fi até o mês de junho de 2025. Segundo o levantamento, pouco mais de 3 mil pontos foram entregues.

Em nota divulgada após a repercussão do caso, a representante da ONG disse desconhecer o cancelamento de parte das notas fiscais e que algumas inconsistências foram apontadas pela própria entidade.

A Prefeitura de São Paulo afirmou que "desconhece a metodologia e os resultados que levaram aos valores mencionados pela reportagem do G1 e que rechaça as respectivas ilações".